

XXVII CIMEIRA IBERO-AMERICANA DE CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DE ANDORRA

21 de abril de 2021

DECLARAÇÃO DE ANDORRA

Inovação para o Desenvolvimento Sustentável – Objetivo 2030. Ibero-América face ao desafio do Coronavírus

TEXTO DE LA PRESIDENCIA

A XXVII Cimeira Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, realizada [de forma telemática] sob a presidência de Andorra, manifestou a necessidade de implementar ações comuns para superar os efeitos da crise sanitária global produzida pela pandemia do Coronavírus SARS-CoV-2 (causador da COVID-19), que durante mais de um ano atingiu todos os nossos povos, pelo que devemos centrar esforços para uma recuperação inclusiva que nos permita avançar na realização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), aproveitando as ferramentas que oferece a inovação.

Reafirmou que a Conferência Ibero-Americana se consolidou como espaço de diálogo, cooperação e concertação política trinta anos depois de, em 1991, a cidade mexicana de Guadalajara, México acolher pela primeira vez os Chefes de Estado e de Governo dos países ibero-americanos com o objetivo de renovar os laços históricos, políticos, sociais e culturais que nos unem como comunidade.

Nesse contexto, os Chefes de Estado e de Governo

1. Manifestaram o seu pesar pelos milhares de vítimas que a pandemia está a causar na Comunidade Ibero-Americana, em especial entre os idosos. De igual modo, a sua solidariedade para com aqueles que continuam a recuperar-se dos seus efeitos ou que perderam seres queridos.
2. Reconheceram o extraordinário trabalho e os louváveis esforços realizados pelo pessoal de saúde para enfrentar a crise sanitária gerada pela COVID-19, tratando com grande qualidade humana aqueles que foram afetados pela pandemia. Cuidar deles e delas é cuidar de toda a cidadania.
3. Afirmaram que os efeitos devastadores da pandemia requerem uma resposta global, coordenada, solidária e conjunta, que enfrente o grande desafio da reconstrução inclusiva e resiliente das nossas economias, e assegure o desenvolvimento sustentável e principalmente a luta contra a pobreza e a desigualdade, garantindo à população a proteção social em todos os seus âmbitos.

- Destacaram que o lema escolhido por Andorra para esta Cimeira se torna mais atual neste novo cenário e que a inovação é uma ferramenta fundamental. Por isso adotaram o **“Compromisso de Andorra sobre Inovação para o Desenvolvimento Sustentável”** como documento transversal da Conferência Ibero-Americana.
- Assinalaram que a pandemia da COVID-19 colocou em destaque o potencial do desenvolvimento científico e tecnológico para enfrentar os desafios atuais, assim como as consequências de não inovar no mundo digital.
- Coincidiram na importância de alcançar uma sociedade digital inclusiva, regulamentada, segura e transparente, como fonte de desenvolvimento sustentável que permita eliminar as fraturas digitais entre os países e dentro deles.

A resposta internacional

- Defenderam o fortalecimento do multilateralismo por ser o instrumento mais eficaz para coordenar as ações definidas pelos Estados, assim como para partilhar experiências e encontrar as soluções sanitárias, sociais, económicas e ambientais, baseadas no respeito dos direitos humanos e do direito internacional, que permitam uma melhor recuperação em todos os países.
- Instaram a comunidade internacional e a indústria farmacêutica a enfrentar a pandemia global de forma mais equitativa e solidária, garantindo o direito à saúde, permitindo que o acesso, a compra e a distribuição das vacinas, instrumentos preventivos, provas de laboratório, reagentes e materiais de apoio, abastecimentos médicos essenciais, novos diagnósticos e medicamentos a preços acessíveis sejam universais, e evitando o açambarcamento das mesmas por parte dos países que têm maior poder ou influência económica, para que não prevaleçam, deste modo, os interesses financeiros sobre a saúde pública.
- Insistiram em que se propicie a distribuição urgente e equitativa das vacinas seguras e eficazes no quadro dos esforços que prossegue a aliança de colaboração mundial COVAX, na qual estão comprometidos 190 países sob os auspícios da Organização Mundial da Saúde (OMS) e outras organizações multilaterais, para conseguir que sejam um bem público de cobertura universal.
- Manifestaram a sua disponibilidade a ter como referência a Declaração de Doha de 2001 sobre o Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados com o Comércio (ADPIC ou TRIPS) e Saúde Pública, para desenvolver, em face da crise global da pandemia do Coronavírus, propostas flexíveis de âmbito global que permitem quanto antes o acesso e a distribuição equitativa de tecnologias, medicamentos e vacinas a preços acessíveis. Do mesmo modo, tomaram nota da proposta dos países do G7 de aumentar a produção de vacinas por meio da transferência voluntária de licenças.
- Destacaram a importância de reforçar o Sistema de preparação e resposta face a emergências de Saúde Pública da Organização Mundial de Saúde, (OMS) fortalecer a implementação do Regulamento Sanitário Internacional e saudaram as iniciativas multilaterais postas em marcha por alguns países ibero-americanos que procuram melhorar a capacidade de resposta face à pandemia da COVID-19 e outras futuras ameaças epidemiológicas.

12. Destacaram a necessidade de melhorar a gestão integral de risco de desastres e a adaptação aos efeitos das mudanças climáticas e aumentar a colaboração e a assistência humanitária internacional para responder às crises e emergências naturais, humanas e biológicas que afetam muitas comunidades na atualidade.

Uma recuperação económica inclusiva e sustentável

13. Reiteraram a sua vontade de dar respostas concretas e eficazes para enfrentar a crise multidimensional provocada pela pandemia e assim mitigar e solucionar os problemas ou carências que surgiram nos países ibero-americanos, como a diminuição da atividade económica, o aumento da desigualdade e da exclusão social, da pobreza extrema ou do desemprego, para alcançar o mais rapidamente possível a recuperação económica e social sustentável que os nossos cidadãos exigem, e que só pode ser alcançada num contexto de solidariedade global intrageracional e intergeracional.
14. Reconheceram a importância do Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), desenvolvido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e pela Universidade de Oxford, como ferramenta para orientar políticas públicas direcionadas a reduzir a pobreza em todas as suas formas e dimensões, atendendo à necessidade de identificar os impactos diferenciados produzidos pela pandemia e a dificuldade de os medir unicamente com instrumentos baseados no nível de rendimento, que não tomam em conta as múltiplas carências que enfrentam as pessoas em situação de pobreza.
15. Consideraram que os organismos multilaterais de financiamento para o desenvolvimento devem ser fortalecidos para conseguir um maior impacto face às crises multidimensionais, para contribuir de forma decidida, transparente e eficiente para o desenvolvimento sustentável, através do acesso justo e inclusivo a mecanismos inovadores e efetivos de financiamento e outras modalidades de cooperação que estejam ligadas a estratégias de transformação tecnológica e produtiva e de desenvolvimento social, assim como a políticas ambientais de médio e longo prazo.
16. Assinalaram ser necessário manter o diálogo com os mercados e as instituições financeiras internacionais com o fim de flexibilizar os critérios de escolha, os mecanismos e processos de desembolso e pagamento e implementar medidas de tratamento da dívida externa em períodos de crise sistémica e estabelecer medidas adicionais de ajuda, sem levar em conta a classificação dos países segundo seu nível de rendimento, bem como promover o cumprimento dos compromissos internacionais de Ajuda Oficial ao Desenvolvimento e avaliar a melhor forma de ampliar os instrumentos para incrementar a assistência financeira, técnica e tecnológica.
17. Exortaram a comunidade internacional a intensificar medidas coordenadas para manter a estabilidade dos mercados financeiros e as cadeias mundiais de abastecimento mediante a eliminação das barreiras desnecessárias ao comércio internacional, especialmente para os produtos alimentares, farmacêuticos e médicos relacionados com a COVID-19, de acordo com as regras da Organização Mundial de Comércio (OMC), a fim de facilitar um fluxo comercial sem entraves e promover a recuperação económica alinhada com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.
18. Comprometeram-se a continuar a promover um sistema multilateral de comércio baseado em regras, aberto, inclusivo, não discriminatório e equitativo no quadro da OMC, com o objetivo de alcançar acordos compreensivos e efetivos na 12ª Conferência Ministerial da OMC em 2021.

19. Promoveram o estudo e a adoção de um quadro multilateral de valoração de riscos financeiros e macroeconómicos que incorpore a particularidade da situação da COVID-19 e das medidas de resposta, a que possam aderir as agências de notação, para evitar que as quedas na avaliação creditícia conduzam a um agravamento adicional da situação, em consonância com o importante acervo da Conferência Ibero-Americana nesta matéria.
20. Enfatizaram a necessidade de desvincular o crescimento económico da degradação ambiental, adequar a economia para potenciar a distribuição de recursos a nível local, melhorando as cadeias de abastecimento e de valor, reduzindo a geração de desperdícios e aumentando a complementaridade das nossas economias.

A Cooperação Ibero-Americana

21. Manifestaram que a crise sanitária provocada pela pandemia da COVID-19 evidenciou a vulnerabilidade das sociedades ibero-americanas face ao aumento de eventos externos bruscos, disruptivos e de grande impacto, reiterando a urgência de acelerar uma transformação vital em direção ao desenvolvimento sustentável. A Agenda 2030 e o seu compromisso de não deixar ninguém para trás emergem como uma grande ferramenta acordada entre todos, que nos compromete a favor da cooperação à escala global e, neste sentido, subscreveram a importância da Cooperação Ibero-Americana para acelerar a recuperação e a saída desta crise.
22. Animaram a SEGIB a prosseguir os esforços de consciencialização, sensibilização e formação de todos os atores da Conferência Ibero-Americana, sobre os desafios da sociedade global. Neste sentido, aprovaram a criação da **Iniciativa sobre Cidadania Global para o Desenvolvimento Sustentável** que formará parte dos esforços nacionais e da Ibero-América para a realização dos ODS.
23. Celebraram a evolução da Cooperação Ibero-Americana durante os últimos 30 anos, consolidada como um espaço eficaz de articulação e diálogo intergovernamental, horizontal, multiator, multinível e multisetorial, que fortaleceu principalmente o sistema de Programas, Iniciativas e Projetos Adstritos ibero-americanos, impulsionando ao mesmo tempo políticas públicas inovadoras, sinergias e alianças com as diferentes redes ibero-americanas, outros foros e atores, fomentando ajudas solidárias e eficientes.
24. Aprovaram o **Programa de Ação da XXVII Cimeira Ibero-Americana de Andorra** que recolhe mandatos, propostas e ações concretas em matéria de Cooperação Ibero-Americana.
25. Destacaram o papel da Cooperação Sul-Sul e Triangular, internacionalmente reconhecidas como ferramentas eficazes de apoio para a realização dos ODS, em resposta aos desafios das crises multidimensionais, tal como reconhece o Documento Final de Buenos Aires da Segunda Conferência de Alto Nível das Nações Unidas sobre a Cooperação Sul-Sul (2019).
26. Sustentaram que a doença de Chagas, constitui ainda um sério problema sanitário e social, tanto em áreas endémicas como em áreas em que a mesma é emergente. Por isso, decidiram aprovar a **Iniciativa sobre Chagas congénito: "Nenhum bebé com Chagas: o caminho para novas gerações livres de Chagas"**, dirigido a detetar a doença durante a gravidez ou no recém-nascido, mediante controlos pré-natais e tratamentos pediátricos nos sistemas nacionais de saúde, onde as condições o permitam.

27. Reiteraram o seu compromisso com os povos indígenas da América Latina e com o exercício efetivo dos seus direitos em condições de igualdade com os seus concidadãos/ãs, assim como com a promoção dos seus direitos culturais e linguísticos. Neste âmbito, aprovaram a **Iniciativa Instituto Ibero-Americano de Línguas Indígenas (IIALI)**, que fomentará a conservação e o desenvolvimento das línguas indígenas faladas na América Latina, através do projeto e implementação de políticas linguísticas e culturais para o fomento do seu uso, promoção e preservação.

Para um papel inovador do Estado

28. Afirmaram que a pandemia demonstrou a importância de fortalecer o papel e a capacidade dos Estados e das Administrações Públicas para atuar com eficácia e rapidez em situações inesperadas e para promover a transformação para uma sociedade mais justa, sustentável, equitativa, equilibrada, solidária e que não deixe ninguém para trás.
29. Assinalaram que os Governos são responsáveis pelo projeto e implementação das políticas públicas necessárias para combater os efeitos da pandemia, ainda que a ação governamental não seja suficiente por si só. Para alcançar soluções efetivas, é necessário o compromisso e a colaboração da cidadania e de todos os atores estratégicos para que o desenvolvimento económico e social garanta a saúde, a sustentabilidade e a proteção do ambiente.
30. Encorajaram a criação de ecossistemas de inovação, ligando os governos nacionais, regionais e locais, o sector privado, a academia, os centros de pesquisa e a sociedade civil, tendo em conta a legislação específica de cada país, para contribuir a fortalecer alianças estratégicas ao serviço do desenvolvimento sustentável.
31. Comprometeram-se a intensificar as políticas integrais, solidárias e efetivas de apoio económico e social, com vista a mitigar o impacto diferenciado da crise sobre os grupos e em situação de vulnerabilidade, que são os historicamente mais expostos a situações de desemprego, pobreza e discriminação. Para tal, é essencial contar com sistemas de saúde e proteção social universais, integrais e eficazes, com serviços públicos de qualidade, maior investimento público, garantindo os direitos económicos, sociais e culturais das populações ibero-americanas e fortalecendo a implementação da legislação nacional em questões ambientais.
32. Reafirmaram a necessidade de políticas para o fomento do trabalho decente e a incorporação no sistema laboral dos sectores informais da economia, prestando especial atenção às mulheres, assim como aos jovens, idosos e pessoas com deficiência, avançando de forma consensual para novos pactos fiscais que permitam dar sustentabilidade a todas estas respostas.
33. Manifestaram que situações inesperadas como a crise multidimensional da COVID-19 oferecem a oportunidade para formular um novo pacto social fundamentado na solidariedade e na justiça social, os direitos humanos, a recuperação do crescimento económico, o desenvolvimento sustentável e inclusivo, a preservação, a restauração e o uso sustentável da biodiversidade, a resposta às mudanças climáticas, a inovação e uma nova visão do papel do Estado e do público.

Terrorismo, delinquência organizada transnacional e outros delitos conexos

34. Expressaram o seu compromisso em combater o terrorismo em todas as suas formas e manifestações, incluindo os casos em que haja Estados direta ou indiretamente envolvidos, com estrito apego ao direito internacional, às normas internacionais de proteção dos direitos humanos e o direito internacional humanitário. Manifestaram também a sua preocupação pela crescente ameaça da delinquência organizada transnacional e outros delitos conexos, o problema mundial das drogas, o tráfico de seres humanos, o tráfico ilícito de migrantes, o tráfico ilícito de armas, munições e explosivos e a lavagem de dinheiro e a corrupção, que representam uma grave ameaça para o bem-estar e a segurança dos cidadãos, assim como para o crescimento, o desenvolvimento económico e, em alguns contextos, a estabilidade democrática e o Estado de Direito. Neste sentido, é imperativo reforçar, de forma dinâmica e inovadora, a cooperação internacional nesta matéria.

Ambiente

35. Reconheceram que mais de cinco anos após a adoção da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e do Acordo de Paris sobre mudanças climáticas, os dados demonstram que é necessário intensificar os esforços globais para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, uma resposta internacional coordenada e um maior impulso nos compromissos em matéria de mitigação, adaptação e nos meios de implementação, assim como um aumento substantivo nos recursos financeiros concessionais, transferência de tecnologias e fomento de competências, entre outras, segundo o princípio das responsabilidades comuns mas diferenciadas e capacidades respetivas, à luz das diferentes circunstâncias nacionais, tendo em conta as limitações para o desenvolvimento dos países sem litoral e dos países insulares.
36. Manifestaram que a pandemia da COVID-19 colocou em evidência a relação entre as crises sanitárias e a crise ambiental. A gestão inadequada dos habitats naturais, o comércio ilegal de espécies e a perda de biodiversidade aumentam o risco de epidemias provenientes do reino animal e da fauna selvagem. A diminuição de superfície dos ecossistemas naturais, assim como os efeitos da contaminação e as mudanças climáticas, representam um enorme custo social, económico e sanitário.
37. Afirmaram que a recuperação económica da crise gerada pela COVID-19 deve integrar a dimensão ambiental, sem que o impacto da pandemia trave a capacidade dos Governos e dos demais atores relevantes, incluindo o setor privado para alocar recursos para a promoção de um desenvolvimento sustentável, inclusivo e catalisador de investimentos, especialmente em infraestruturas sustentáveis e tecnologias limpas e inovadoras.
38. Manifestaram a sua satisfação pela realização, após 11 anos, da X Conferência Ibero-Americana de Ministras e Ministros do Ambiente, realizada em setembro de 2020, e pela decisão de promover a **Agenda Ambiental Ibero-Americana**, comprometida com o processo multilateral para enfrentar as causas e os efeitos adversos das mudanças climáticas, a perda de biodiversidade e a degradação dos solos.
39. Sustentaram que o acesso à água potável e ao saneamento básico é um direito essencial, pelo que é necessário garantir a sua prestação e distribuição no quadro de uma gestão integrada dos recursos hídricos, para contribuir para alcançar o ODS 6: Água limpa e saneamento e enfrentar a propagação da COVID-19.

40. Tomaram nota do **Relatório sobre Inovação para o Desenvolvimento Sustentável** elaborado pelo Observatório Ibero-Americano de Desenvolvimento Sustentável e Mudança Climática de La Rábida, Huelva, que mostra a importância da inovação na Ibero-América e a urgência de conservar, proteger e restaurar os seus recursos naturais como ativo fundamental para impulsionar a segurança alimentar, a saúde, o emprego e o bem-estar. A análise identifica formas de inovar nos sistemas agroalimentares, o turismo sustentável, os padrões de consumo e produção sustentáveis, incluindo a economia circular, os mecanismos financeiros ou as políticas públicas, entre outros temas.

Enfrentando as desigualdades

41. Expressaram a sua preocupação pelo aumento exponencial da pobreza e da pobreza extrema e pelos milhões de pessoas na Ibero-América que perderam os seus empregos e os seus meios de subsistência, provocando um retrocesso nos progressos da primeira década e meia deste século em matéria de crescimento económico, na luta contra a fome e a desigualdade e no acesso à justiça, à educação e à saúde, entre outros.
42. Manifestaram a necessidade de enfrentar a aceleração da precarização do emprego, o aumento do trabalho informal, o aprofundamento da desigualdade laboral, incluindo a salarial e retributiva entre homens e mulheres, a concentração do desemprego nos sectores menos privilegiados da força laboral, o incremento do fosso entre os trabalhos manuais e digitais, a desigualdade na repartição do trabalho de cuidados não remunerado que enfrentam as mulheres, o trabalho infantil, a mendicidade, em muitos casos vinculada a pessoas em situação de mobilidade humana, a dificuldade de acesso a oportunidades de trabalho para as pessoas com deficiência e a falta de respostas competitivas face ao aumento da automatização nas cadeias de valor.
43. Celebraram o X Aniversário da entrada em vigor da Convenção Multilateral Ibero-Americana de Segurança Social, em maio de 2021, que impulsionada pela Organização Ibero-Americana de Segurança Social e vigente em 12 países ibero-americanos, favoreceu mais de 87 000 trabalhadores migrantes e as suas famílias.
44. Coincidiram quanto à oportunidade de redefinir a relação do Estado com os atores sociais e económicos para acordar como e onde distribuir os seus recursos para a recuperação económica, conseguir novas fontes de financiamento e construir as bases de um sistema mais sustentável e respeitador do meio ambiente, sem obstáculos ao desenvolvimento económico dos países e à cooperação internacional. Neste contexto, a transparência, a prestação de contas, a concertação política e a participação cidadã são fundamentais para alcançar a recuperação económica e social e fortalecer a confiança nas nossas instituições.
45. Consideraram que a recuperação económica requer um sector empresarial que promova a transição, em função das suas capacidades, para modelos de produção e consumo sustentáveis e inclusivos como, entre outros, a economia circular, baixa em emissões de gases com efeito de estufa e altamente competitiva. A recuperação necessita também do desenvolvimento de ferramentas de inovação e soluções empresariais que facilitem o comércio, a internacionalização e a digitalização das micro, pequenas e médias empresas (MPMEs), que ajudem a gerar emprego e tenham um impacto económico, social e ambiental sustentável.

46. Frisaram a importância de impulsionar políticas de apoio e acompanhamento das MPMEs, unidade produtiva que representa 97% do total das empresas ibero-americanas, como o coletivo produtivo mais afetado pela crise e promover a sua transformação digital, para diminuir as falhas de produtividade e melhorar a sua competitividade, com políticas ativas dos governos que encorajem o acesso ao financiamento, assistência técnica e formação e sua incorporação nas cadeias de valor nacionais, regionais e globais.
47. Destacaram a importância de fomentar a inovação aberta com perfil produtivo na Ibero-América, para vincular as grandes empresas entre si e com as MPMEs, interconectar ecossistemas empreendedores, encorajar o comércio, fomentar as alianças e partilhar boas-práticas para atingir o desenvolvimento sustentável.

O impacto diferenciado sobre as mulheres

48. Destacaram que a igualdade de género e a violência contra as mulheres em todas as suas formas continuam a ser dois dos maiores desafios que a Ibero-América enfrenta, para o que se torna necessário potenciar políticas públicas, aumentar os recursos e garantir a participação significativa, a liderança e a autonomia das mulheres, em toda a sua diversidade, na resposta à pandemia e no processo de recuperação económica e social das nossas sociedades. De igual modo, expuseram a necessidade de dar visibilidade ao impacto que os encerramentos de emergência tiveram nos países, resultando num aumento desproporcionado do trabalho doméstico e de cuidados não remunerados realizados por mulheres e meninas.
49. Reconheceram o impacto diferenciado e desproporcionado das crises sanitárias e socioeconómicas sobre as mulheres, que aumenta as barreiras para o pleno gozo dos seus direitos humanos, aprofunda o fosso da desigualdade e aumenta exponencialmente o risco de violência por motivo de género, especialmente no âmbito doméstico. Neste sentido, aprovaram a **Iniciativa Ibero-Americana para Prevenir e Eliminar a violência contra as mulheres**, que procurará fortalecer as respostas nacionais para combater e erradicar todas as formas e tipos de violência contra as mulheres como requisito indispensável para alcançar a igualdade de género e o desenvolvimento sustentável na Ibero-América.
50. Saudaram os esforços realizados pela SEGIB e ONU Mulheres para promover uma participação plena das mulheres na economia e na recuperação económica na Ibero-América, incluindo a adoção de leis e quadros regulatórios que garantam a autonomia das mulheres. Apoiam a Coligação Ibero-Americana para o Empoderamento Económico das Mulheres, com o objetivo de juntar esforços em torno da Coligação de Ação e Justiça e Direitos Económicos do Fórum Geração Igualdade que se promove no quadro da comemoração de Pequim +25.
51. Apoiaram os esforços multilaterais, a eficácia da cooperação e o impacto das ações interinstitucionais para promover a liderança e a participação igualitária das mulheres em todos os níveis de tomada de decisão, particularmente no âmbito local, para dar respostas mais inclusivas, plurais e representativas para mitigar a crise e alcançar os ODS.

Pessoas em situação de vulnerabilidade

52. Reiteraram o compromisso com o respeito pelos direitos humanos dos migrantes, qualquer que seja a sua condição migratória, refugiados e solicitantes de asilo, expostos a situações de maior vulnerabilidade, particularmente mulheres, meninos, meninas e adolescentes, idosos e pessoas com deficiência, para que tenham acesso universal e equitativo a cuidados médicos e de prevenção e resposta em emergências sanitárias como a atual, e garantiram a implementação de políticas que permitam acolher, proteger, promover e integrar as comunidades migrantes.
53. Reafirmaram os princípios estabelecidos na Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD) e o seu protocolo facultativo, defendendo a construção de sociedades mais inclusivas, nas quais as pessoas com deficiência e as suas necessidades específicas sejam tomadas em consideração, se respeite a sua dignidade e estejam presentes de forma transversal em todas as políticas públicas, considerando que a acessibilidade é um pilar fundamental para o exercício dos seus direitos.
54. Reconheceram os trabalhos realizados pelo Fundo para o Desenvolvimento dos Povos Indígenas da América Latina e das Caraíbas (FILAC) sobre a evolução da pandemia da COVID-19 e o seu impacto nos povos indígenas e comunidades locais, destacando as boas práticas que desenvolvem face à pandemia e reiteraram o compromisso de acordar as medidas de prevenção, atenção, mitigação sanitária e recuperação económica, com pleno respeito ao seu ambiente cultural.
55. Destacaram também a contribuição da medicina tradicional dos povos indígenas na resposta à doença causada pela COVID-19.
56. Reafirmaram o compromisso dos Estados da Conferência Ibero-Americana com a adoção de medidas nacionais para enfrentar o flagelo do racismo, da discriminação racial, da xenofobia e das diferentes manifestações de intolerância, acentuados pela crise sanitária.

Ciência, tecnologia e inovação

57. Afirmaram que o conhecimento científico e tecnológico deve ter um papel central nas nossas políticas. A pandemia demonstrou a necessidade de fortalecer os sistemas nacionais de ciência, tecnologia e inovação, assegurando o investimento em Inovação e Desenvolvimento (I&D), impulsionando a cooperação entre eles e a transferência de conhecimento e tecnologias inovadoras para os países em desenvolvimento.
58. Saudaram a aprovação da **Estratégia Ibero-Americana de Inovação**, que permitirá promover, através da ciência, a tecnologia e a inovação, a recuperação socioeconómica e a realização das metas previstas na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.
59. Agradeceram a realização da Reunião extraordinária de Alto Nível sobre “Ciência, Tecnologia e Inovação face a crise da COVID-19”, onde se decidiu instar a SEGIB a estabelecer um mecanismo de conhecimento partilhado das principais linhas de atuação que os países ibero-americanos se encontram a empreender para combater a pandemia da COVID-19 e os seus efeitos sanitários, económicos e sociais.

60. Instaram a SEGIB a promover a criação do Observatório Epidemiológico Ibero-Americano, como um mecanismo de coordenação e fortalecimento das redes e capacidades epidemiológicas existentes, convocando para tal os atores relevantes na matéria, particularmente as redes de saúde ibero-americanas, os organismos nacionais de ciência e tecnologia, a Rede Ibero-Americana de Supercomputação, o Programa CYTED e os Programas, Projetos e Iniciativas de Cooperação Ibero-Americanos vinculados a esta temática.

O impacto sobre a educação, a cultura e o turismo

61. Consideraram que a pandemia afetou fortemente os sistemas educativos, que se viram obrigados a fechar centros e unidades e a procurar a continuidade da educação mediante o ensino e a aprendizagem à distância, procurando chegar ao máximo número possível de estudantes e mitigar o abandono escolar. A reabertura dos centros educativos continua a ser um desafio face à complexa situação sanitária que continuamos a atravessar.
62. Afirmaram que todos os alunos devem poder beneficiar do grande potencial inclusivo e compensador da educação virtual, diminuindo as fraturas sociais acumuladas como a falta de eletricidade ou o acesso à Internet, facilitando a conectividade, os meios e as ferramentas necessárias e fortalecendo políticas públicas afirmativas de educação, com abordagem diferenciada, tendo em conta, entre outras, as especificidades culturais e patrimoniais da população rural, afrodescendente e povos indígenas.
63. Apoiaram os trabalhos para a formulação e implementação da proposta de **Estratégia Ibero-Americana para a Transformação Digital da Educação Superior**, acordada em Havana em fevereiro de 2020, assim como a promoção, nesse quadro, de linhas de ação dirigidas àqueles aspetos que se revelaram estratégicos na resposta académica à crise da COVID-19. Para tal, é importante defender a salvaguarda e uso livre dos recursos financeiros para a educação universitária previstos por cada um dos Estados.
64. Destacaram a convocatória pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) da Conferência Mundial de Educação Superior, em Barcelona (Espanha), assim como a importância de promover a participação dos nossos Governos, Universidades e Instituições de Ensino Superior, solicitando à SEGIB e ao Conselho Universitário Ibero-Americano (CUIB) que apoiem a participação da Comunidade Ibero-Americana e seu acervo universitário.
65. Sustentaram que a recuperação económica e social posterior à pandemia oferece uma oportunidade para acelerar as reformas em educação e formação profissional e técnico-profissional, especialmente em competências digitais e fortalecer a sua resiliência, mediante atuações que permitam uma adaptação mais ágil às mudanças e às necessidades do mercado laboral.
66. Saudaram os debates dirigidos ao arranque do Plano 3.0 promovido pelo Organismo Internacional de Juventude para Ibero-América (OIJ) no período 2021-2024, como base para que cada país selecione os elementos aplicáveis em função das prioridades dos países, que podem contribuir para a recuperação pós-pandemia, a transformação digital dos serviços públicos de juventude e ao empoderamento dos jovens na formação e utilização de competências digitais, em particular no âmbito do processo e da aplicação pelas partes do Tratado Internacional de Direitos de Pessoas Jovens.

67. Saudaram a assinatura, no quadro desta Cimeira Ibero-Americana de Andorra, da **Convenção Quadro para o Impulso da Circulação do Talento no Espaço Ibero-Americano**, subscrito por aqueles dos nossos países que a ele voluntariamente decidiram vincular-se.
68. Reconheceram com preocupação os efeitos devastadores que a pandemia provocou nas indústrias culturais e criativas, assim como noutras expressões culturais de enraizamento comunitário. Valorizaram as ações dos países enquadrados na Agenda Digital Cultural para Ibero-América como outro meio para manter a produção, circulação e internacionalização das diversas manifestações artísticas e culturais.
69. Destacaram a formulação da **Estratégia Ibero-Americana de Cultura e Desenvolvimento Sustentável**, realizada pela SEGIB com o apoio da Organização de Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI), que promove ações conjuntas e concretas na Ibero-América para o fortalecimento da diversidade cultural e o seu conhecimento tradicional associado à natureza, o património e as indústrias criativas e culturais.
70. Comprometeram-se a impulsionar iniciativas de promoção do bilinguismo no quadro da Conferência Ibero-Americana, mediante o apoio de atividades que sirvam para aprofundar a cooperação entre agentes e instituições envolvidas no ensino e difusão das línguas espanhola e portuguesa.
71. Reconheceram o turismo sustentável como motor de desenvolvimento local, cultural e ambiental das populações de Ibero-América, situando-o como uma prioridade nas agendas políticas e planos estratégicos ou programas em matéria de turismo.
72. Sustentaram que a COVID-19 têm um impacto catastrófico sobre o turismo, razão pela qual, em coordenação com os organismos internacionais especializados, se torna imprescindível projetar e articular modelos e sistemas inovadores que permitam avançar para um novo paradigma do sector no quadro das **Linhas Estratégicas sobre Turismo e Desenvolvimento Sustentável na Ibero-América**.

A XXVII Cimeira Ibero-Americana recebeu com especial interesse a Memória apresentada pelo *Grupo de Trabalho Ibero-Americano para a Recuperação Sócio Económica no quadro da COVID*, coordenado pelo Equador com o apoio de outros países ibero-americanos.

Saudou a comemoração do Bicentenário da Independência da Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Panamá, México, Peru e Venezuela (Batalha de Carabobo) durante o ano de 2021.

Expressou a sua satisfação pela incorporação da Hungria, Luxemburgo e Alemanha como Observadores Associados e da ONU Mulheres como Observador Consultivo da Conferência Ibero-Americana, acordada pelos países ibero-americanos.

Agradeceu e aprovou a oferta da República Dominicana para acolher a XXVIII Cimeira Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo em 2022 e assumir a Secretaria Pro Tempore da Conferência Ibero-Americana no biénio 2021-2022.

Agradeceu à Secretaria Geral Ibero-Americana e muito particularmente à Secretária Geral Rebeca Grynspan, pela dedicação e liderança com que conseguiu neste último ano manter ativo o espaço ibero-americano como plataforma de discussão e de busca de alternativas inovadoras que contribuam para a recuperação e para criar espaços de participação em todas as esferas de discussão internacional sobre a crise da COVID-19.

Por último, expressaram a sua gratidão ao Governo, ao Povo e à Secretaria Pro Tempore de Andorra por ter liderado o processo de adaptação da nossa ação, impulsionando-a num dos momentos mais difíceis atravessados pela nossa Comunidade Ibero-americana.